A Plenária
Copiar e distribuir
aos Deputados.
9-7-24

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO NACIONAL

Entrada na Mesa
Data 9/7/2024
Hora 18h03
...O Presidente...

785

9 7 24
17:51

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente
.....

Exma. Senhora,

Presidente do Parlamento Nacional

Maria Fernanda Lay

N/referencia: 92 /VI/1ª/2024 Data: 09/07/2024

Assunto: Envio relatório e parecer da Comissão B

Excelência,

A Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacional tem a honra de Enviar a Vossa Excelência o Relatório e parecer da proposta de Resolução N.º 5/VI(1ª) Ratifica o Protocolo que altera o acordo de Marraquexe que cria a Organização Mundial do Comercio -Acordo sobre Subsídios à Pesca.

Junto se anexa o relatório e parecer.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Comissão

Domingos Augusto "DEKER"

Deputado

Proposta de Resolução N.º5/VI/(1ª)

Ratifica o Protocolo que altera o Acordo de Marraquexe que cria a Organização Mundial do Comércio - Acordo sobre Subsídios à Pesca

Relatório e Parecer da Comissão B
9 de julho de 2024

Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

ÍNDICE

1.	CONSIDERANDOS	Pág. 3
2.	ENQUADRAMENTO LEGAL	Pág. 4
3.	APRECIAÇÃO	Pág. 6
4.	CONSULTAS E CONTRIBUTOS	Pág. 10
5.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	Pág. 14
6.	PARECER DA COMISSÃO B	Pág. 17
7.	APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E PARECER	Pág. 17
	ANEXOS:	Pág. 18
	- OFICIO N.º99/2024/PPN/VI, DE 3 DE JULHO DE 2024	

1. CONSIDERANDOS

1.1 Nota prévia

O instrumento internacional em apreço, especificamente, a Proposta de Resolução n.º5/VI/(1ª), *"Ratifica o Protocolo que altera o Acordo de Marraquexe que cria a Organização Mundial do Comércio – Acordo sobre subsídios à pesca"*, doravante designada por "PPR" ou "Acordo", foi aprovada em Conselho de Ministros, a 19 de junho de 2024, e submetida a processo de ratificação do Parlamento Nacional no dia 27 de junho de 2024.

Neste âmbito, por despacho de Sua Excelência, a Exma.Presidente do Parlamento Nacional, datado de 27 de junho de 2024, a 2 de julho de 2024, a presente PPR foi remetida apenas para Apreciação da Comissão B nos termos regimentais. Mais se informa que, em julho de 2024, a Comissão B esteve constituída com os seguintes Deputados:

PRESIDENTE DA COMISSÃO	Domingos Augusto "Deker"	CNRT
VICE-PRESIDENTE	Luís Roberto da Silva	KHUNTO
SECRETÁRIA	Sancha Margarida Tilman	PD
DEPUTADOS	Maria Rosa da Câmara "Bisoi"	CNRT
	Bendita Moniz Magno	CNRT
	Marcos Soares Martins	CNRT
	Natalino dos Santos Nascimento	CNRT
	Lídia Martins	FRETILIN
	David Dias Ximenes "Mandati"	FRETILIN
	Florentino Ximenes da Costa "Sinarai"	FRETILIN
	Abel dos Santos	PLP

A supra referida composição da Comissão B salvaguarda, em razão da matéria e nos termos da Deliberação do Parlamento Nacional n.º3/2023, de 5 de junho[1], as competências necessárias para elaborar o presente Relatório e Parecer especificamente nas áreas de: Cooperação Internacional; Defesa Nacional;

[1] Alterada pela Deliberação do Parlamento Nacional n.º5/2023, de 11 de julho de 2023.

Segurança Pública; Proteção Civil; Fronteiras terrestres e marítimas; Organizações Internacionais; Integração regional e assuntos ASEAN; Tratados e Acordos Internacionais; Comunidades Timorenses residentes no estrangeiro.

1.2 Relator

Na elaboração do Relatório e Parecer observou-se o estatuído nos artigos 32.º e 34.º do Regimento do Parlamento Nacional (doravante "RPN"), isto é, Sua Excelência, o Sr.Presidente da Comissão B, designou a Sra.Deputada Sancha Tilman na qualidade de Relatora.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Governo propõe[2] ao Parlamento Nacional a "PPR" pelo qual constitui uma resolução com um Protocolo em anexo, em específico, o "Acordo sobre subsídios à Pesca", parte integrante dos requisitos para Timor-Leste aderir na plenitude à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Neste enquadramento, em conformidade legal com o artigo 9.º da CRDTL, evidencia-se que o quadro normativo, supra referido, após ratificação do Parlamento Nacional e eventual publicação pelos órgãos competentes irá vigorar na ordem jurídica interna nos termos da recepção normativa de direito internacional. Por tal, consequentemente, serão inválidas todas as normas das leis contrárias às disposições normativas do presente mecanismo jurídico internacional.

Neste sentido, constata-se um processo de ratificação sem a formulação de reservas formais, em paralelo, sob o critério do respeito ao príncipio *Pacta Sunt Servanda*, logo, determinando-se que vincula todas as Partes e deve ser interpretado de boa fé de acordo com o sentido comum a atribuir aos termos do instrumento internacional.

[2] Nos termos da alínea g), do n.º1 e a alínea a), do n.º2, do artigo 115.º, bem como da alínea f), do n.º3, do artigo 95.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste ("CRDTL"), em correlação legal, com o n.º3, do artigo 9.º, da Lei n.º6/2010, de 12 de Maio, "Sobre Tratados Internacionais" ("LTI"),

No que respeita aos demais actos de adopção formal e autenticação da "PPR", com especial relevo, a PPR é assinada[3] pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas, com indicação da aprovação em Conselho de Ministros a 19 de junho de 2024.

O presente instrumento internacional é elaborado em língua inglesa com tradução para língua portuguesa[4].

Neste contexto, em razão da matéria, o Parlamento Nacional tem competência para ratificar[5] o instrumento internacional. Assim, em termos de admissibilidade processual e nos termos do artigo 131.º, n.º2 do RPN e da Deliberação do Parlamento Nacional n.º3/2023, de 5 de junho[6], *"Constituição das Comissões Especializadas Permanentes"*, a PPR foi enviada apenas à Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança (Comissão B), assim, sendo desconsideradas as Comissões com competência complementar na área temática relacionada com o processo de adesão de Timor-Leste à OMC, em concreto, as Comissões C e D.

Por último, ressalva-se que o debate sobre o instrumento de direito internacional cuja ratificação é proposta ao Parlamento Nacional tem lugar no Plenário e findo aquele procede-se à votação global do instrumento internacional, nos termos do artigo 132.º do RPN.

Após a eventual ratificação, a Resolução do Parlamento Nacional é enviada ao Presidente da República, a quem compete ordenar a sua publicação no Jornal da República, nos termos do artigo 85.º, alínea a), da CRDTL e artigo 133.º do RPN.

Posteriormente, nos termos da PPR, se não forem implementadas acções globais no prazo de quatro anos a contar da data de entrada em vigor do Acordo, os termos do Acordo cessarão automaticamente os seus efeitos de imediato.

[3] Nos termos do n.º2 e n.º3 do artigo 11.º da "Lei de Publicação dos actos (LPA)", a Lei n.º1/2002, de 7 de agosto.
[4] Em conformidade legal com o n.º1, do artigo 98.º do RPN.
[5] Nos termos do artigo 95.º, n.º3, alínea f), da CRDTL e do artigo 9.º, n.º1, da LTI.
[6] Alterada pela Deliberação do Parlamento Nacional n.º5/2023, de 11 de julho de 2023.

3. APRECIAÇÃO

3.1 Do objecto de aplicação

O "Acordo sobre os Subsídios à Pesca" visa especificamente considerar os subsídios concedidos à pesca de captura selvagem e actividades conexas no mar, tal como definidas **nos artigos 1º e 2º do Acordo**.

A disposição mais fundamental do Acordo é **o artigo 3º**, que incide sobre os subsídios que contribuem para eventual pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

Deste modo, a principal proibição do Acordo é a de que os membros não devem conceder subsídios a navios ou operadores que se verifique terem participado em actividades de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. Esta proibição é desencadeada quando um membro costeiro, um membro do Estado de bandeira ou uma organização/acordo regional de gestão das pescas relevante determina que um navio ou um operador se envolveu em actividades de pesca ilegal. Todavia, os países em desenvolvimento, como Timor-Leste, dispõem de uma cláusula de suspensão de dois anos durante a qual os seus subsídios para actividades nacionais não podem ser contestados em sede de OMC.

O **artigo 4.º do Acordo** centra-se nos subsídios relativos às unidades populacionais sobreexploradas, com o objetivo de promover a conservação e a gestão sustentável dos recursos marinhos.

A proibição é desencadeada quando uma unidade populacional é reconhecida como sobreexplorada por um membro costeiro, com base nos melhores dados científicos disponíveis. No entanto, existe uma exceção para os países em desenvolvimento, como Timor-Leste, em que os subsídios podem continuar durante um período máximo de dois anos após a entrada em vigor, a fim de reconstituir a unidade populacional sobreexplorada para um nível biologicamente sustentável.

Para Timor-Leste, um país em desenvolvimento, **os artigos 6.º e 7.º** preceituam disposições cruciais, pois sublinham a importância da assistência técnica e da criação de capacidades para países em desenvolvimento, em concreto:

1. os membros da OMC devem usar contenção ao apresentar litígios ou queixas contra países em desenvolvimento como Timor-Leste, para garantir que estes não são afectados de forma desproporcionada;
2. os países desenvolvidos fornecerão assistência técnica aos países em desenvolvimento para os ajudar a implementar os termos do Acordo;
3. por último, será criado um mecanismo de financiamento voluntário da OMC para apoiar a prestação de assistência técnica aos países em desenvolvimento como Timor-Leste.

Nos termos do **artigo 8.º do Acordo (notificação e transparência),** os membros são obrigados a notificar a OMC das suas leis, regulamentos e procedimentos relevantes para o Acordo, incluindo alterações a estas medidas.

Deste modo, no âmbito das suas notificações regulares de subsídios à OMC, os membros devem fornecer informações pormenorizadas sobre o tipo de atividade de pesca subsidiada, bem como informações adicionais como o estado das unidades populacionais, as medidas de conservação e de gestão, a identificação dos navios subsidiados, a capacidade da frota e as capturas. Todavia, os países em desenvolvimento, como Timor-Leste, com uma eventual quota relativamente pequena das capturas globais têm um calendário de comunicação flexível, podendo apresentar estas informações de 4 em 4 anos e não de 2 em 2 anos.

Para além da informação relacionada com as pescas nas notificações de subsídios, os membros devem também fornecer transparência em vários outros aspectos, incluindo: uma atualização anual da lista de navios com pesca ilegal, quaisquer determinações de pesca ilegal feitas, medidas tomadas pelas suas autoridades para combater a pesca ilegal e informação sobre o seu regime nacional de pescas.

Os membros devem também notificar a OMC de quaisquer medidas restritivas do comércio que imponham a outros membros. Nesta medida, a OMC manterá uma base de dados pública destas notificações, assegurando a transparência e facilitando o cumprimento e a resolução de litígios.

Nos termos **do artigo 9.º da PPR**, a Comissão do Acordo reunir-se-á pelo menos duas vezes por ano para analisar o funcionamento do Acordo e examinar as

notificações de dois em dois anos. Além disso, a Comissão do Acordo procederá a revisões aprofundadas do acordo de 5 em 5 anos e, posteriormente, de 3 em 3 anos, formulando recomendações de melhoramento.

O Acordo funciona no âmbito do atual mecanismo de resolução de litígios da OMC, exceto no que se refere às queixas não relacionadas com violações. Além disso, o Acordo não pode ser interpretado de forma a comprometer a jurisdição, os direitos ou as obrigações de um membro ao abrigo do direito internacional.

Dessa forma, as disposições do Acordo não têm qualquer impacto nas reivindicações territoriais ou na delimitação das fronteiras marítimas e os painéis da OMC evitarão chegar a conclusões que se baseiem nessas reivindicações, em conformidade **com o artigo 11.º do Acordo.**

3.2 Da integração regional e do processo de adesão à OMC

Em conformidade com a Organização Mundial do Comércio (OMC), a República Democrática de Timor-Leste (RDTL) apresentou um pedido de adesão à OMC a 7 de abril de 2015, através do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente. Consequentemente, Timor-Leste comprometeu-se a respeitar plenamente os princípios, objectivos e regras da OMC, tendo em conta o seu estatuto de país menos desenvolvido.

Na 13.ª Conferência Ministerial em Abu Dhabi, os membros da OMC concordaram em admitir Timor-Leste como novo membro, no dia 26 de fevereiro de 2024, marcando o fim de negociações que duraram anos.

Desde então, Timor-Leste, na qualidade de país menos desenvolvido, preparou a sua estratégia de implementação pós-adesão e ratificou o seu "Protocolo de Adesão", abrindo caminho para que a sua adesão se torne efectiva 30 dias após o depósito dos seus instrumentos de aceitação junto do Secretariado da OMC. Neste enquadramento, o Governo reconheceu a importância dos requisitos de notificação previstos nos Acordos da OMC. Por tal, tem como objetivo cumprir todos os pré-requisitos determinados pelos "Acordos da OMC" num período de seis meses a partir da data de adesão da RDTL na OMC.

Deste modo, a presente iniciativa sob apreciação parlamentar, o "Acordo sobre Subsídios à Pesca", constitui um requisito essencial para a adesão de Timor-Leste à OMC. Em geral, o Acordo é um passo significativo para a sustentabilidade dos oceanos, uma vez que proíbe os subsídios prejudiciais à pesca, um fator-chave para o esgotamento das unidades populacionais de peixes a nível mundial.

Os esforços da OMC e de Timor-Leste para reduzir os subsídios prejudiciais à pesca são cruciais, uma vez que os meios de subsistência de mais de 260 milhões de pessoas dependem da pesca marinha e que a dependência global dos alimentos aquáticos para a nutrição está a aumentar. Neste sentido, o Acordo, adotado na 12.ª Conferência Ministerial em junho de 2022, constitui um importante passo em frente para a sustentabilidade dos oceanos, proibindo práticas nocivas como a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, a sobrepesca e a pesca no alto mar.

O acordo deve agora entrar em vigor, exigindo que dois terços dos membros da OMC o adoptem formalmente, enquanto as negociações em curso visam acrescentar termos adicionais sobre as subvenções que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, com considerações especiais para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

O Governo de Timor-Leste têm vindo a sublinhar o significado da adesão do país à OMC, afirmando que este processo irá ajudar a integração na economia global e regional. Neste sentido, salienta o impacto transformador da adesão à OMC, que têm vindo a conduzir a uma série de reformas estruturais, legislativas e políticas através de pilares fundamentais, designadamente: o desenvolvimento do sector privado, a transparência, o desenvolvimento de infra-estruturas e a conformidade com os objectivos da OMC.

Recentemente, Timor-Leste apresentou na OMC as suas estratégias de implementação dos compromissos de adesão à OMC e de preparação para a adesão na "9ª Análise Global da Ajuda ao Comércio", no passado dia 26 de junho.

O Governo salientou a importância de receber assistência técnica e apoio ao desenvolvimento de capacidades na qualidade de membro pleno da OMC e, em

paralelo, do apoio recebido por parte dos parceiros de desenvolvimento na ajuda à RDTL para atingir os seus objectivos.

Concluindo, a OMC desempenha um papel crucial na regulação dos subsídios à pesca a nível mundial e a ratificação do Acordo pode resolver problemas como a pesca ilegal e a sobrepesca em Timor-Leste. Assim, o Acordo de junho de 2022 representa um avanço significativo no alinhamento das políticas fiscais, ambientais e de desenvolvimento, pelo qual embora nem todas as regras tenham sido finalizadas, o Acordo estabelece um quadro para discutir e analisar o impacto dos subsídios na pesca sustentável, abrindo caminho para um progresso contínuo.

4. CONSULTAS E CONTRIBUTOS

Em conformidade pelas áreas de competência das Comissões Especializadas Permanentes da VI Legislatura, constata-se que as Comissões C e D não foram novamente consideradas, em sede parlamentar, para apoio técnico especializado ou Apreciação do processo de adesão de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio (OMC), em concreto:

1. na presente iniciativa, a Proposta de Resolução do Parlamento Nacional n.º5/VI/(1.ª), que ratifica o **"Acordo sobre os Subsídios à Pesca"**, aprovado pelo Conselho de Ministros em 19 de junho de 2024 e submetido ao processo de ratificação pelo Parlamento Nacional a 27 de junho de 2024;
2. na Resolução do Parlamento Nacional n.º41/2023, que ratificou a **"Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias"**;
3. e na Proposta de Resolução do Parlamento Nacional n.º 3/VI/(1.ª), que ratificou o **"Protocolo de Adesão de Timor-Leste à OMC"**.

Posteriormente, através de ofício com carácter de urgência por parte da Exma.Sra.Presidente do Parlamento Nacional (em anexo), foi solicitado que o "Centro de Comércio Internacional (CCI/ITC)" prestasse apoio técnico especializado no domínio das Pescas à Comissão B durante todo o processo de Apreciação da presente PPR, em desconformidade regimental nos termos da alínea e) do artigo 79.º do RPN e desconsiderando a Comissão C e a Comissão D.

A CCI/ITC informou a indisponibilidade presencial mas, apesar disso, remeteu a solicitação urgente à assessoria do Governo para que prestasse informações através de um *briefing* institucional à Comissão B. No entanto, embora tenha sido solicitado, ambas as entidades referidas não compareceram no dia 8 de julho.

Neste enquadramento, os distintos Srs.Deputados da Comissão B, em articulação institucional com os Srs.Deputados da Comissão C e da Comissão D, realizaram **audiências públicas com o Governo no dia 9 de julho.** Neste âmbito, firma-se os elementos de informação partilhados em sede de audiências, em concreto:

» VICE-PRIMEIRO-MINISTRO, MINISTRO COORDENADOR DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS E MINISTRO DO TURISMO E AMBIENTE

1. Na qualidade de responsável governamental, a título principal, pelas negociações do processo de adesão da RDTL à OMC, registou uma nota de agradecimento pelo convite para estar presente. Neste sentido, partilhou que o presente processo trata-se de um contexto altamente complexo em termos de negociação internacional, sobretudo em termos de coordenação institucional, logo, defende que agora qualifica-se como crucial o apoio do Parlamento Nacional. Nessa medida, defendeu que observa com orgulho as referências de Sentido de Estado, em sede de Comissão B, perante a abordagem que pretendem adoptar no actual processo parlamentar;

2. Actualmente, na sua perspectiva o sector de pescas na RDTL terá que ser defendido como uma "bandeira" Nacional dos objectivos do Estado, em especial, a marinha mercante de Timor-Leste. Nesta medida, defendeu que a soberania económica depende do tipo de iniciativas que estão sob crucial apreciação da Comissão B;

3. No domínio do comércio internacional o presente Acordo trata-se de uma importante iniciativa no âmbito das (i) implicações legais que são defendidas e aplicadas pelos grandes grupos industriais, como também na (ii) transparência dos atos dos diferentes membros da OMC no sector da Pesca internacional, em

especial, na sustentabilidade do meio-ambiente e na eficiência do comércio internacional, por parte dos membros da OMC;

» **MINISTRO DA JUSTIÇA** *(MNEC em exercicio)*

4. Inicialmente, partilhada a perspectiva que o mecanismo internacional, sob referência, qualifica-se como um compromisso crucial para a adesão de Timor-Leste à OMC. No âmbito dos termos do Acordo, sob apreciação, defendeu que está em causa salvaguardar a resilência do meio-ambiente, em paralelo, com os normais objectivos do comércio internacional entre os membros da OMC;

5. O presente Acordo permite regular quais as irregularidades e as respectivas punições no domínio da pesca ilegal, em sede de OMC, assim, em termos internacionais, integrando a RDTL numa matéria crucial para o presente e o futuro de Timor-Leste;

6. S.E. Ministro da Justiça partilhou que a OMC têm como objectivo principal a regulação da mobilidade das mercadorias no Mundo, logo, as transações ilegais com origem em Pesca ilegal revestem uma especial consideração. Nesta medida, por complemento, partilhou que a RDTL deverá ter uma especial prudência na captação de investimento estrangeiro no sector das Pescas;

7. por parte do Governo, referiu que os trâmites processuais estão em conformidade com os termos da Lei e, por tal, afirma que se observa um mecanismo internacional crucial para integrar na ordem jurídica interna. Deste modo, solicitou uma especial articulação institucional por parte dos diferentes agentes políticos na consideração do presente mecanismo internacional, pois trata-se de um importante mecanismo que salvaguarda um quadro legal no domínio do direito comercial internacional, na propriedade intelectual e na regulação de eventuais actividades ilegais no sector comercial mundial;

8. Concluindo, defende que se trata de um Acordo que permite concretizar visibilidade internacional para Timor-Leste, como também a consolidação jurídica para enfrentar eventuais deficiências no plano do comércio

internacional, em especial, a capacidade de Timor-Leste rapidamente solicitar assistência especializada nos termos da mútua assistência prevista no Acordo;

» MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E FLORESTAS

9. Sublinhando a intervenção de S.E. Ministro da Justiça, defendeu a título inicial que o Acordo, sob apreciação, permite uma especial consideração pelo controlo do sector de pescas, em concreto, a regulação de subsídios e taxas a entidades inseridas no comércio de pesca internacional;

10. Em geral, reiterando a exposição anterior, defendeu que o Acordo vem aplicar a total proibição de apoios a entidades com actividades ilegais no sector da pesca internacional e, consequentemente, nos termos do processo de adesão da RDTL à OMC, partilhou que o presente mecanismo internacional terá que ser considerado e ratificado pela RDTL até ao final do mês de julho;

11. Por último, no domínio da marinha mercante de Timor-Leste, partilhou que está em curso, sob a parceria de desenvolvimento do Governo da Índia, apoios concretos para investir, salvaguardar e implementar um crucial sector produtivo Nacional para os objectivos do Estado;

» VICE-MINISTRA PARA OS ASSUNTOS DA ASEAN

12. Reiterando as exposições anteriores, defendeu que trata-se de um Acordo crucial pelo qual a RDTL aplica uma posição de vanguarda na comunidade internacional. Nesta medida, o Acordo irá apenas entrar em vigor caso uma larga maioria dos membros da OMC ratifiquem os termos preceituados (e.g. 109 membros da OMC). Todavia, por especial complemento, enalteceu que se trata de um pré-requisito de adesão da RDTL para a OMC a ser considerado para ratificação até ao final do mês de Julho;

13. Por último, referiu que se trata de um mecanismo internacional que é defendido pelos demais membros do espaço ASEAN, assim, indirectamente, conferindo também um critério determinante no apoio à adesão da RDTL à ASEAN.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando a presente apreciação da PPR, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança, a Comissão B, apresenta as seguintes **CONCLUSÕES**:

1. O presente mecanismo internacional firma a ratificação do "Acordo sobre subsídios à Pesca", **parte integrante dos requisitos para Timor-Leste aderir na plenitude à Organização Mundial do Comércio (OMC)**. O Acordo representa um avanço significativo no alinhamento das políticas fiscais, ambientais e de desenvolvimento, pelo qual embora nem todas as regras tenham sido finalizadas, o Acordo estabelece um quadro para discutir e analisar o impacto dos subsídios na pesca sustentável, abrindo caminho para um progresso contínuo;

2. a principal proibição prevista no Acordo é a de que os membros da OMC **não devem conceder subsídios a navios ou operadores que se verifique terem participado em actividades de pesca ilegal**, não declarada e não regulamentada. Todavia, os países em desenvolvimento, como Timor-Leste, dispõem de uma cláusula de suspensão de dois anos durante a qual os seus subsídios para actividades nacionais não podem ser contestados em sede de OMC;

3. no âmbito das suas notificações regulares de subsídios à OMC, **a RDTL terá que fornecer informações pormenorizadas sobre o tipo de atividade de pesca subsidiada**, bem como informações adicionais como o estado das unidades populacionais, as medidas de conservação e de gestão, a identificação dos navios subsidiados, a capacidade da frota e as capturas em Timor-Leste. Todavia, os países em desenvolvimento, como Timor-Leste, têm um calendário de comunicação flexível, podendo apresentar estas informações de 4 em 4 anos e não de 2 em 2 anos;

4. De especial complemento, **as disposições do Acordo não têm qualquer impacto nas reivindicações territoriais ou na delimitação das fronteiras marítimas de Timor-Leste** e, em paralelo, os painéis da OMC

evitarão chegar a conclusões que se baseiem nessas reivindicações, em conformidade com o artigo 11.º do Acordo;

5. Em consideração pelas áreas de competência das actuais Comissões Permanentes da VI Legislatura do Parlamento Nacional, em sede de admissibilidade da presente PPR, um mecanismo internacional relacionado com a adesão de Timor-Leste à OMC, foi remetido apenas à Comissão B como órgão competente para realizar a Apreciação. Assim, as Comissões C e D não foram consideradas. No entanto, **a Comissão B promoveu a oportuna coordenação parlamentar com a Comissão C e a Comissão D,** através de contributos oficiais e audiências públicas, assim, reforçando a pertinente apreciação da presente PPR;

6. Contudo, **lamenta-se a ausência de uma participação activa das Comissões C e D na análise dos mecanismos internacionais da sua área de competência**, requisitos essenciais para a plena integração de Timor-Leste na OMC. Concretamente, constata-se que estas Comissões não voltaram a ser consideradas **para apoio técnico especializado ou de Apreciação do processo de adesão de Timor-Leste à OMC**, nomeadamente:

   i. durante a presente Apreciação do Acordo;
   ii. durante a ratificação da "Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias"[7];
   iii. no crucial processo de Apreciação parlamentar do "Protocolo de Adesão de Timor-Leste à OMC"[8].

Neste sentido, considerando o supra exposto e, em paralelo, a PPR, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do Parlamento Nacional, a Comissão B, apresenta as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

[7] Resolução do Parlamento Nacional n.º41/2023.
[8] Proposta de Resolução do Parlamento Nacional n.º3/VI/(1ª).

1. **Ratificar o presente mecanismo internacional** destinado a estabelecer um quadro jurídico que proíba os países membros da OMC de concederem subsídios a navios ou operadores que se encontrem envolvidos em actividades de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada;

2. **Salvaguardar o cumprimento de um importante pré-requisito** no processo de adesão de Timor Leste à Organização Mundial de Comércio.

6. PARECER DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

Face a tudo o exposto, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança é, assim, de parecer que a Proposta de Resolução n.º5/VI/(1ª), *"Ratifica o Protocolo que altera o Acordo de Marraquexe que cria a Organização Mundial do Comércio – Acordo sobre subsídios à pesca"*, cumpre, na sua generalidade, os requisitos formais, constitucionais, legais e regimentais e se encontra por isso em condições de ser apreciada em Plenário.

7. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E PARECER

O Relatório e Parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança foi discutido e aprovado no dia 9 de julho de 2024, em concreto, com unanimidade de nove (9) votos a favor, zero (0) votos contra e zero (0) votos de abstenção.

Díli, Parlamento Nacional, no dia 9 de julho de 2024.

O Presidente da Comissão B,	A Relatora,
Sr.Deputado Domingos Augusto "Deker"	Sra.Deputada Sancha Tilman

ANEXOS:

OFICIO N.º99/2024/PPN/VI

DE 03 DE JULHO DE 2024

POR PARTE DA EXMA.PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL

"PEDIDO DE DISPONIBILIZAÇÃO URGENTE DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO AO PARLAMENTO NACIONAL, PELO INTERNATIONAL TRADE CENTER, NO ÂMBITO DO PROJETO "APOIO À INTEGRAÇÃO REGIONAL E AO COMÉRCIO"

03 JUL 2024
16h07 pm
Date and time of reception at EU delegation

PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO NACIONAL
Rua de Formosa s/n Díli Timor-Leste
tel +670 333 9866 | fax +670 332 3884

Data: 03 de julho de 2024
N.º de Referência: 99 2024/PPN/VI

Exmo. Senhor
Diretor do Programa de Comércio e Investimento
International Trade Centre (ITC) em Timor-Leste
UN Compound, Dili
Senhor António Gil Lobit

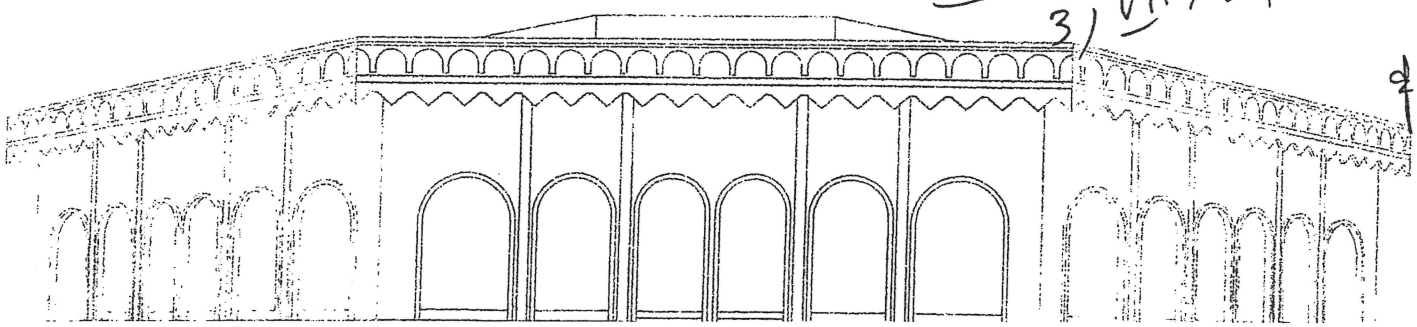
ASSUNTO: Pedido de disponibilização urgente de apoio técnico especializado ao Parlamento Nacional, pelo *International Trade Centre*, no âmbito do projeto "Apoio à Integração Regional e ao Comércio".

Na sequência da reunião desta manhã e atendendo à disponibilidade transmitida pelo International Trade Centre (ITC) para acolher de imediato um pedido urgente do Parlamento Nacional, para a disponibilização de apoio técnico especializado na área das Pescas, venho junto de V. Exa. formalizar esse pedido.

Torna-se necessário que a assistência técnica que venha a ser disponibilizada nos próximos dias, preste apoio ao longo de todo o processo legislativo que atualmente decorre no seio do Parlamento Nacional, para a aprovação da Proposta de Resolução que ratifica o "Acordo sobre Subsídios à Pesca".

Mais informo que já foi, entretanto, foi designado como ponto focal do Parlamento Nacional para este projeto o funcionário do quadro permanente Pinto Cardoso Manuel Soares, com o email hunuliman@gamil.com e n.º de WhatsApp +670 75751760, substituído nas suas ausências e impedimentos, pela funcionária Ezolina Maria Lobo Mascarenhas Pinto, com o email ezolinalobo.pinto@yahoo.com e n.º de WhatsApp +668 03815088.

3/VII/24



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL
Rua de Formosa s/n' Díli Timor-Leste
tel +670 333 9866 | fax +670 332 3884

Ficando a aguardar com expetativa a pronta resposta de V. Exa. a este pedido urgente do Parlamento Nacional e sem outro assunto de momento, aproveito a ocasião para lhe renovar os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Maria Fernanda Lay,
Presidente do Parlamento Nacional

Cc:

- Senhor Marc Fiederich, Ilustre Embaixador da União Europeia em Timor-Leste

- Senhor Leoneto Elisário, Coordenador Nacional do Projeto de Apoio à Integração Regional e ao Comércio implementado pelo ITC

